

Organização:
Maria Manuel Baptista
José Eduardo Franco
Béata Cieszyńska

EUROPA DAS NACIONALIDADES: IMAGINÁRIOS, IDENTIDADES E METAMORFOSES POLÍTICAS

Prefácio de Guilherme d'Oliveira Martins

FICHA TÉCNICA

Título:

EUROPA DAS NACIONALIDADES

Imaginários, identidades e metamorfoses políticas

Coordenação:

Maria Manuel Baptista

José Eduardo Franco

Béata Cieszyńska

Secretariado de edição

Belmira Coutinho

Iara Sousa

Larissa Latif

Revisão:

Madalena da Costa Lima

Maria Vilas Boas

Rita Veiga

Tradução de textos:

José Carlos Bernardino

Mariana de Soveral Gomes da Costa

Capa:

Grácio Editor

Design gráfico:

Grácio Editor

1ª Edição: Setembro de 2014

Uma co-edição Grácio Editor e Programa Doutoral em Estudos Culturais

ISBN: 978-989-8377-66-1 (Grácio Editor)

ISBN: 978-989-98219-6-5 (Programa Doutoral em Estudos Culturais)

Impressão e acabamento:

Uniarte Gráfica, S.A.

Dep. Legal: 379911/14

© Grácio Editor e Programa Doutoral em Estudos Culturais

Avenida Emídio Navarro, 93, 2.º, Sala E

3000-151 COIMBRA

Telef.: 239 091 658

e-mail: editor@ruigracio.com

sítio: www.ruigracio.com

Reservados todos os direitos

MITOS E SÍMBOLOS – POVO, NAÇÃO, PAZ – NO PENSAMENTO DOS UTÓPICOS PORTUGUESES DE MEADOS DE OITOCENTOS

Maria Manuela Tavares Ribeiro*

253

A Revolução Francesa – mito e reatualização

A Revolução Francesa – idade de ouro, mais mítica do que histórica – é um referente perante o qual os revolucionários de 1848 manifestam uma autêntica atitude de veneração, talvez porque dela têm uma imagem demasiado perfeita. Poderoso mito, sem dúvida o maior da primeira metade do século XIX, alimentado, naturalmente, pela visão romântica da história. De facto, o século XIX não cessou de refazer a Revolução Francesa. Não exatamente a Revolução dos fins do século XVIII, mas sim o movimento revolucionário iniciado em 1789 – promessa de igualdade – logo, uma empresa interminável, sem limites de tempo e de espaço. Em julho de 1830, a insurreição parisiense agita de novo a bandeira republicana, mas a monarquia permanecerá com o trono de Luís Filipe, sucumbindo nas barricadas de 1848. “Ilusão lírica”, a revolução de 24 de fevereiro de 1848 não durou, de facto, mais do que uma primavera. Foi, todavia, uma “Primavera dos Povos” e incarna, embora por tempo efémero, a festa da Fraternidade.

Se a Revolução Francesa se mantém bem viva na primeira metade do século XIX, muitos dos elementos de reatualização da temática revolucionária persistem, ou renovam-se, nas vésperas da Revolução de 1848. Para alguns (Flaubert, Tocqueville, Proudhon e Marx) ela foi uma mera repetição. Não foi, porém, mero plágio, pura e simples imitação. Os revolucionários de 48 tinham consciência de que a Revolução de Fevereiro era, sim, uma continuação. Tal como é concebida no plano conceptual e teórico, a Revolução Francesa tinha encetado uma missão salvacionista – a redenção da humanidade através do povo eleito, o povo francês. Não consumara, porém, esse fim transcendente. Como a Revolução de Julho de 1830 o não atingira também. Seria o movimento revolucionário de 48 a conduzi-lo, finalmente, a bom termo.

O romantismo dos anos 40 envolve o modelo ideológico – o da Revolução Francesa. A esperança revolucionária permanece inquebrantável. A Revolução é vivificada no universo sonhado dos homens de 48. A geração nascida sob o Império e a Restauração, desiludida, mergulhada já na intensa fermentação romântica, recolhe-se no sonho. Sonho de um Paraíso Perdido – a Revolução Francesa – tempo e lugar de heróis, de mitos, de glórias. Não se trata, porém, de puro sonho.

Para além dos múltiplos e díspares testemunhos, para além do romantismo da década de 40, a memória coletiva é alimentada por uma plurifacetada literatura popular ou de elite social e cultural que, depois de 1830, conhece ampla difusão. A imagem da revolução perdurará através de visões específicas e diversificadas que correspondem a tendências políticas diferentes. Uns glorificam a revolução de 1789 (Michelet), outros (Louis Blanc e o socialista cristão Buchez) veem na ditadura jacobina de 1793-94 o tempo áureo da democracia popular realizada. Todos, porém, entendem que foram razões políticas e sociais que a determinaram.

* Professora Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Coordenadora de Investigação do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX da Universidade de Coimbra – CEIS20.

254 | Mas é, muitas vezes, em termos abstratos que se referem àquele acontecimento histórico. Ressalta nos discursos dos homens de 48, seja qual for a tendência política que veiculem, a força transcendente da Revolução Francesa. Ela instaurara um novo tipo de práticas e estas caracterizam-se, essencialmente, pela inserção no universo político de regras e de uma cultura democráticas. Regras democráticas, por um lado, cujo símbolo mais glorioso é o sufrágio universal (masculino – em 1792); por outro lado, uma cultura nova e um imaginário político renovado e povoado de novos mitos.

Um novo tipo de discurso político emerge desde os inícios da Revolução Francesa, em linguagem mais direta, mais concreta, e que funciona como apelo e incitamento ao leitor e ao ouvinte. Discurso empolgado que marca profundamente a imaginação dos homens de 48. O fascínio das imagens e das palavras do passado revolucionário exercia neles, segundo Proudhon, uma magia paralisante que os leva a “parodiar” (o vocábulo foi usado por Marx) a “comédia” de 1793.

Há, no entanto, uma individualidade apregoada e manifesta na especificidade das conquistas atingidas em 1848, em França: a abolição da pena de morte em matéria política (26 de fevereiro); o sufrágio universal (2 de março); o apelo à abolição da escravatura nas colónias (4 de março). Três grandes conquistas de 1848 que retomam e completam as da Revolução Francesa.

Em 1848, não é tanto o desejo de ver realizadas as revoluções de 1789 ou de 1792-93 tal como aconteceram, mas sim a esperança de consumir uma idealização dessas mesmas revoluções, isto é, de concretizar essa imagem positiva numa revolução pacífica e humana que conseguiria a sua plenitude na vivência da Fraternidade Universal, simultaneamente sonhada e vivida no quotidiano.

Realidade que não se enquadra, portanto, no puro optimismo romântico. A literatura, por exemplo, recria o seu ideal social e político. Adquire mesmo força de ação socializante e republicana. Em 1848, o panfletarismo de esquerda e a imprensa periódica progressista denunciam as injustiças e divulgam as doutrinas dos utópicos. Explosão de escritos que traduz o borbulhar de ideias, do fervor e da fé dos homens de 48: os seus projetos de reforma, a denúncia das injustiças, a procura incessante da felicidade dos homens.

Os demoliberais portugueses da década de 40-50 assimilaram, ideologicamente, o espírito evangélico do romantismo social, as doutrinas dos socialistas utópicos e propagandearam os princípios revolucionários. A imprensa, motor e eco da opinião, é um testemunho rico do ideário liberal, democratizante e republicanizante de autores cuja formação resulta da simbiose revolução-cristianismo-romantismo. O mesmo é dizer, o conceito de revolução social, o alargamento do sufrágio, o aperfeiçoamento do sistema municipal, a consolidação do direito e soberania do trabalho, o desenvolvimento do sistema associativo, a aprendizagem da prática igualitária e fraterna através da educação socializante e democratizante dos portugueses que receberam, com entusiasmo, os movimentos revolucionários europeus de 1848.

Que ecos em Portugal?

Em 1842, o Ministro do Reino, António Bernardo da Costa Cabral, restaura a Carta Constitucional de 1826 e enceta um mandato de seis anos, cheio de conflitos e agitações violentas. A sua orientação política assenta numa sólida centralização do poder, chamando a si mesmo uma minoria forte. Permite o aparecimento de uma “aristocracia” detentora da propriedade

e da finança e firma-se numa complexa burocracia e no exército. Solidifica-se, assim, uma oligarquia de facto. Na linha do político francês Guizot, Costa Cabral pretende instaurar a “ordem” como base do enriquecimento do país. Fomenta a concentração capitalista e, naturalmente, beneficia uma alta burguesia financeira e de proprietários, ficando à margem a pequena e média burguesia rural e urbana.

A criação das grandes companhias, com carácter especulativo, a fiscalização efetiva das eleições, isto é, a prática do sufrágio censitário e indireto permitiram um reforço do aparelho de Estado centralizado que contava com a base social de apoio de uma nova aristocracia liberal, a dos “barões” e “viscondes”. Denunciar os agravos do governo era, para a oposição, uma satisfação que se devia ao povo. Propunha, então, um programa que visava importantes reformas: no campo económico (modificação da lei dos forais, reforma do sistema tributário, revisão dos contratos do governo e cessação dos mais lesivos); no político (abolição da lei da Regência); no social (lei sobre os expostos); no ensino (reformas da Universidade e Aca- demias e boa lei de instrução) e no jurídico (necessidade de um Código Civil e Criminal).

Depois de uma revolta militar frustrada em 1844, as forças populares rebelaram-se contra o governo em maio de 1846. Sucede a revolta da Maria da Fonte e Costa Cabral é deposto e exilado. A burguesia de oposição apropria-se e dirige, então, o movimento revolucionário que manterá a guerra civil – a Patuleia – de outubro de 1846 à Convenção de Gramido, em junho de 1847. A ala radical de esquerda (setembrista) e de direita (miguelista) coligadas, numa base de tática operacional contra a facção dominante, foram vencidas.

Os ecos da Revolução Francesa de 1848 e dos movimentos nacionalistas europeus chegaram a Portugal e nova onda de tentativas insurrecionais ocorreu. Porém, o condicionalismo interno português não propiciava uma adesão popular como a que se registara em 1846-47. Depois de dois anos de lutas fratricidas a maioria da população portuguesa almejava um período de paz e de acalmia.

Esvaecido o ímpeto revolucionário, mantinha-se, no entanto, o descontentamento geral do país. Os princípios apregoados pelos republicanos e socialistas em 1848 fizeram doutrina e tiveram intérpretes entre os demoliberais portugueses¹.

No seu discurso socializante e de cariz republicano ressalta uma visão esclarecida e simplificadora do mundo político para motivar as massas. Essa clarificação do universo político e social tornara-se, aliás, uma prática constante desde os inícios da Revolução Francesa e manter-se-ia durante todo o século oitocentista.

A corporização do herói, do mártir, do aristocrata, do contrarrevolucionário, do patriota, na imagem, no discurso, na festa e nas cerimónias, é uma excelente via para a inteligibilidade da mensagem política. O imaginário político revolucionário está povoado de personagens e da sua figuração. Uma dessas figuras que incarna o ideal supremo, sobretudo depois da Revolução Francesa de 1792, e que ocupa um lugar relevante no discurso e na imagem, é o soldado. O incitamento ao soldado, elemento imprescindível e fator de união, é uma constante nos jornais clandestinos, de cariz republicanizante, publicados em Portugal, em 1848. Os seus nomes são bem sugestivos: *A Republica*, *O Republicano*, *A Fraternidade*, *O Regenerador*, *A Alvorada*. Neles se dirigem proclamações ao exército apelando, em nome do ideal fraterno, para a sua colaboração e apoio contra a monarquia vigente. A personificação do herói é figurada

¹ Sobre o assunto, veja-se Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro, *Portugal e a Revolução de 1848*, Coimbra,

pelo homem que protege a nação – é o herói militar. Assim o apresenta o estudante de Direito José Maria do Casal Ribeiro, no seu opúsculo *O soldado e o povo* (1848). Para defender a República contra as forças da Igreja e da contrarrevolução não pudera a França contar apenas com os comuns cidadãos, mas tinha sido necessário incitar os cidadãos como soldados. A esta luz, o redator da folha clandestina *A Fraternidade* faz esta evocação veemente: “Soldados! os vossos irmãos do Povo estão dispostos a seguirem o exemplo das outras nações: e a deitarem por terra um trono perjuro... Soldados! juntai-vos com vossos irmãos neste último esforço da liberdade oprimida e juntos quinhoaremos a glória de termos salvado a Nação”². A sensibilização dos jovens como força dinamizadora está, pois, vinculada à salvação da pátria. Por isso, os estimulam também os dramaturgos, os jornalistas e os poetas portugueses: António Pedro Lopes de Mendonça (jornalista e político), José Maria do Casal Ribeiro (jornalista e político), Francisco de Sousa Brandão (engenheiro civil formado na Escola Politécnica de Paris), Custódio José Vieira (jornalista e advogado) e Marcelino de Matos (jornalista e advogado). No mesmo sentido, são elucidativas estas palavras: “O machado da reforma – escreve-se na folha clandestina *A Alvorada* (1848) – só o braço robusto do mancebo o pode fazer descarregar de modo que o tronco velho do mundo caia com todas as suas ramificações e se definhe com todas as suas raízes”³. Como tal, para os mais radicais não bastava a revolução das ideias: a revolta armada tornava-se premente, justificada por uma necessidade histórica: “A revolta armada – pode ler-se no mesmo jornal *A Alvorada* – último grau da resistência legal é legítima, é santa, é gloriosa, quando o governo se faz prepotente e hipócrita”⁴.

De facto, tinha sido a França que, desde 1792, associara à sua ambição regeneradora um messianismo emancipador da humanidade. Ela é mitificada pela empresa libertadora da sua Revolução.

Mais do que por uma mudança política, anseiam os demoliberais portugueses pela república social. Sincretismo de esperança republicana e busca da felicidade do homem é a tônica do seu discurso. Eivados de espírito romântico, eles definem a república como um regime em que se entretecem o social, o moral e o político. “A República – assim a define o jornal *O Regenerador* – simboliza a Grande Família igualando-se todos debaixo do Nível que Deus lançara sobre a espécie humana... Não há cartistas, miguelistas, setembristas, nem progressistas, há apenas portugueses, irmãos e iguais em direitos”⁵.

No plano teórico, a sua fé republicana fundamenta-se no credo da Revolução Francesa: Liberdade, Igualdade, Fraternidade. No opúsculo anónimo *O que é a verdadeira república?*, ela aparece definida como “símbolo de felicidade consumada pela união fraterna dos Povos”⁶. Nos catecismos republicanos e em folhetos, de que é exemplo o opúsculo *Breves reflexões sobre o governo republicano*, esclarecem-se, em linguagem simples e clara, as massas populares. Exige-se a garantia do direito ao trabalho, a redução do horário de trabalho, o fomento da instrução, a liberdade de imprensa, de associação, de discussão e o sufrágio universal, direitos que só o regime republicano permitiria concretizar. Para os socialistas utópicos portugueses, o fim último da república consumir-se-ia na democracia social: “A República que desejamos não é para

² *A Fraternidade*, Lisboa, n.º 2, 13 de maio de 1848, p. 4.

³ *A Alvorada*, Lisboa, n.º 1, 1848, p. 8.

⁴ *Ibidem*, p. 4.

⁵ *O Regenerador. Jornal do Povo*, Lisboa, n.º 1, 16 de abril de 1848, p. 4.

⁶ *Um verdadeiro republicano, O que é a verdadeira república?*, s.l., s.d.

mudar os homens, não, é para ajudar os interesses de família – é para tirar o povo da miséria em que vive, para lhe dar pão, para proteger órfãos e viúvas, para recompensar o talento, as virtudes e o trabalho” – afirma-se no periódico *O Republicano*⁷. A inquietude sentida perante as desigualdades sociais e económicas que, segundo o poeta Silveira da Mota, provocavam “o gemer do operário laborioso e as risadas do rico protervo”, suplantava a questão política.

Neste contexto, a república é definida como o reino da justiça em que se praticam as virtudes evangélicas – a filantropia e a tolerância. A república democrática seria, portanto, a única forma de governo capaz de conciliar a liberdade com a autoridade, a ordem com o progresso. Em suma, ela faria vingar a justiça universal: “Todos os homens – escreve-se na folha de 1848, *O Seculo* – tendo o mesmo autor, o mesmo tronco, as mesmas faculdades, sendo iguais no nascimento e na morte, têm iguais direitos à justiça, independência e felicidade”⁸.

O ideal universalista, legado da Revolução Francesa, é exacerbado no discurso republicano e socialista de meados do século XIX. A preocupação cosmopolita e universalista não é, porém, inconciliável com o patriotismo que acalentam. E, assim, o patriota continua a ser uma figura mitificada. Sonha-se com a organização internacional com base no reconhecimento das nacionalidades. O amor à pátria, o amor aos concidadãos são particularmente queridos por razões de laços de solidariedade. Mazzini, Kossuth, Garibaldi são heróis venerados pelos demoliberais portugueses. Lembre-se que, em 1849, são traduzidas para português as cartas de Mazzini para Montalembert e Louis Blanc e publicadas em jornais e, em 1850, circula a sua obra *O Papa no decimo nono seculo*, também vertida para português⁹. Kossuth, vencido na Hungria, retira-se para o exílio em Inglaterra e, de passagem por Lisboa, é recebido no Centro Eleitoral Operário onde lhe é prestada efusiva saudação¹⁰. Garibaldi é figura central de notícias e de poemas que exaltam a liberdade e o movimento nacionalista italiano¹¹.

A figura do herói revolucionário e a do patriota é retratada em gravuras e referida no discurso de forma encomiástica enquanto o contrarrevolucionário e o conservador são personalizados pela figura grotesca ou pela caricatura.

A linguagem figurativa, alegórica e simbólica tornou-se, como sabemos, uma constante durante a Revolução Francesa. Criatividade, portanto, na busca de uma nova linguagem alegórica, renovação do antigo universo simbólico, poder mobilizador dos símbolos manifestou a Revolução Francesa, o que, para além de enriquecer o imaginário coletivo, fortaleceu a criação do seu próprio mito. E a revolução que triunfa em França em 1789 e de 1830, exterioriza pela linguagem, pela alegoria e pelo símbolo, a alegria transbordante da festa cívica.

Se utilizarmos a classificação de Maurice Agulhon na sua obra *Marianne au combat*¹², podemos afirmar que manifestações móveis tivemos-las, também, em Portugal. Após a eclosão da revolução em Paris, portugueses e espanhóis integram, com centenas de cidadãos, o

⁷ *O Republicano*, Lisboa, n.º 3, 1848, p. 2.

⁸ *O Seculo*, Lisboa, n.º 6, 1848, p. 83.

⁹ *O Ecco Popular*, Porto, n.º 11, 12 de outubro de 1848, pp. 2-3; n.º 48, 26 de novembro de 1849, pp. 1-2; n.º 72, 26 de dezembro de 1849, p. 1, col. 3 e p. 2; e *O Nacional*, n.º 280, 5 de dezembro de 1849, pp. 1-2. O livro foi editado em Bruxelas, com 63 páginas. Em 1851 aparece em Portugal a obra *République et Royauté en Italie*, com prefácio de George Sand.

¹⁰ *A Revolução de Setembro*, Lisboa, n.º 2870, 18 de outubro de 1851, p. 3, col. 1 e n.º 2876, 25 de outubro de 1851, p. 2, cols. 1-2. Muitos artigos, notícias e poemas foram publicados em Portugal sobre os movimentos emancipacionistas de 1848 e seus heróis. Veja-se Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro, *op. cit.*, pp. 189-190.

¹¹ Henrique de Campos Ferreira de Lima, “Bibliografia Portoghese del Risorgimento”, *Boletim Internacional de Bibliografia Luso-Brasileira*, Lisboa, vol. II, n.º 1, jan.-mar., 1966, pp. 69-140.

¹² Maurice Agulhon, *Marianne au combat. L'imagerie et la symbolique républicaines de 1789 a 1880*, Paris, 1979, *passim*.

cortejo de apoio ao Governo Provisório. A esperança desses republicanos iberistas, fortalecida pela adesão aos ideais republicanos, radicava no ruir da Santa Aliança e no sonho de erigir a Santa Aliança dos Povos¹³. Corriam também notícias de jantares e banquetes comemorativos¹⁴. Em maio de 1848, os franceses imigrados em Portugal tiveram a adesão de portugueses na manifestação fraternal e patriótica à república e no cortejo fúnebre às vítimas das jornadas de luta. Os “democratas” nacionais empunhavam, então, a bandeira ibérica, azul e branca, sem as armas nacionais¹⁵.

Para além das alegorias móveis, as alegorias fixas são sugestivas. A Academia de Coimbra, através dos seus estudantes “progressistas”, saúda, em 9 de abril, a vitória republicana francesa e os seus colegas de Itália, Polónia, Áustria e Hungria, em nome da liberdade dos povos e da fraternidade universal. Sintomaticamente a sua felicitação terminava com um “Viva à Península Ibérica”.

Esta luta pela emancipação dos povos é simbolizada na Carbonária Lusitana, sociedade secreta fundada em Coimbra, em 1848, pela arma que, no ritual iniciático, é entregue ao carbonário. O carbonário é também o soldado que defende a união dos povos e a república democrática. Também a simbologia dos nomes das *Choças* e das *Barracas* (câmaras carbonárias) é bem sugestiva – *Igualdade, União, Liberdade, Fraternidade*. Os nomes simbólicos dos membros desta sociedade secreta evocam, igualmente, os heróis revolucionários: Robespierre, Marat, Louis Blanc, Ledru-Rollin, Lamartine; o seu emblema – o triângulo invertido (ao contrário do maçónico) –, é o símbolo da trindade e da divisa revolucionária, da união tríplice da Liberdade, Igualdade e da Fraternidade¹⁶. Na linha do carbonarismo italiano e da doutrina do herói nacionalista Mazzini, os carbonários lutavam, como apóstolos de uma santa causa, pela concretização do ideal federalista – a Santa Aliança dos Povos.

Também a visualização da república se revela de enorme importância. Assim sendo, em gravuras, nos jornais e folhetos radicais que circulavam clandestinamente em Portugal, pelo discurso e pela imagem, pela alegoria e pelo símbolo, evoca-se a república e as suas virtudes. Exemplos dessa figuração simbólica são: o triângulo equilátero, símbolo da trindade (cristã e laica); o sol, símbolo da luz e da liberdade derramada sobre os homens o barrete frígio, símbolo da república popular; o feixe que evoca a união e o machado, instrumento cortante para esmagar a hidra do mal. A hidra era, aliás, uma imagem forte usada pelos revolucionários de 1789 para destruir o remanescente (que renascia) do “Antigo Regime”. Também o culto da árvore, figurado por ramos ou folhas, colheu aceitação em Portugal¹⁷. Como sabemos, foi em França uma verdadeira moda, em 48. Reminiscência do “Maio tradicional”, misto de cerimónia oficial e de espontaneidade popular, é acompanhado de um rito¹⁸. A associação árvore-cruz é, aliás, frequente na alegoria e na literatura, particularmente na poesia portuguesa.

¹³ Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro, “Portugal e a Revolução de 1848”, *Ler História*, n.º 16, Lisboa, 1989, pp. 107-115.

¹⁴ *A Revolução de Setembro*, n.º. 1810, 20 de março de 1848, p. 2, col. 3; e *A Matraca*, Lisboa, n.º 54, 4 de março de 1848, p. 211, col. 2.

¹⁵ Ofício de Francisco José de Paiva Pereira para o Duque de Saldanha, de Paris, de 24-3-1848 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Legação de Portugal em Paris, cx. 10, 1848-1849, doc. 8).

¹⁶ Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro, *Portugal e a revolução de 1848*, ed. cit., pp. 109-125.

¹⁷ O jornal anónimo e clandestino *O Regenerador. Jornal do Povo* (1848), publicado em 1848, apresenta no cabeçalho desenhos alegóricos.

¹⁸ Fernando Catroga, “Os primórdios do 1.º de Maio em Portugal: festa, luto, luta”, *Revista de História das Ideias*, vol. 11, Coimbra, 1989, pp. 445-499.

A figura feminina alada, símbolo da liberdade e a figura do soldado, portador da arma ou da bandeira em que se inscreve a palavra “Liberdade” encabeça a folha republicana, clandestina, com o título *A Republica. Jornal do Povo* (1848).

Frequente é ainda a venda de estampas e retratos dos heróis revolucionários franceses e nacionalistas ou de personagens da oposição ao governo oligárquico português (Conde das Antas, Silva Passos, Galamba, Eduardo Salter)¹⁹.

A cor da bandeira, que em França logrou polémica e divisão de opiniões entre Lamartine, defensor da bandeira tricolor, e Louis Blanc, para quem a bandeira vermelha simbolizava a união na república popular, inspirou também poetas portugueses que cantaram o estandarte tricolor, emblema de toda a França, e que continuava, afinal, a corrente histórica inaugurada em 1789²⁰.

É na imprensa periódica, no teatro, sobretudo no drama social e na literatura, de cariz republicanizante e socializante, particularmente na poesia política, que se deteta essa presença da Revolução Francesa, através da linguagem, da alegoria e dos símbolos, no discurso demoliberal português de meados de oitocentos.

Sacralização da Revolução

O romantismo foi portador, como sabemos, de um renascimento religioso *lato sensu*. A uma notória inobservância das diretrizes da Igreja, a um afastamento das liturgias do catolicismo não corresponde, pois, um indiferentismo religioso. Pelo contrário, há mesmo uma ressurreição da categoria do sagrado, cuja busca não se satisfaz com os meios e vias propostos pela tradição eclesiástica. Quer-se a necessária renovação dos valores e procura-se a reiniciação nas verdades tradicionais da espiritualidade evangélica. A um período de regressão da fé sucede outro de recuperação da crença. A instabilidade mental, sinal dos tempos revolucionários, gerou como resposta a necessidade de estabilidade, de equilíbrio interior e moral. É que a Revolução Francesa conferiu um maior nivelamento social mas provocou, simultaneamente, um certo desenraizamento e até desenquadramento dos indivíduos. Para contrabalançar e superar essa realidade, filósofos, escritores e teóricos gizam planos de reconstrução e propõem-se reedificar uma ordem na base da justiça e da verdade. A desagregação do Antigo Regime provoca um abalo violento nas religiões instituídas mas, longe de apagar a necessidade religiosa, exalta-a. Do período pós-revolucionário até à primavera de 1848, um espírito novo, carregado naturalmente da experiência romântica, mas sedento do progresso científico, revela uma acentuada exigência religiosa – porém, de uma religião interiorizada. Passado o tempo das ortodoxias, os românticos celebram uma religião desafetada das observâncias tradicionalistas e liberta de formulários litúrgicos que não davam resposta cabal nem podiam servir de suporte ao universo em mudança progressiva. Chateaubriand tinha sido tão-só um sintoma. A uma religião formalizada, o romântico opõe uma religião do espírito. A relação homem-mundo exige uma reavaliação do equilíbrio espiritual. A uma sacralização do mundo corresponde uma dessacralização das instituições eclesiásticas. Mas essa relação do humano e do divino pressupõe que a renovação do sacral acompanhe

¹⁹ *A Revolução de Setembro*, n.º 1829, 12 de abril de 1848, p. 4, col. 2.

²⁰ J.P.C.S., “As cores da bandeira francesa que significavam liberdade”, *O Patriota*, Lisboa, n.º 1157, 14 de abril de 1848, p. 3, col. 2.

a renovação histórica, ou melhor, que a natureza e a história traduzam uma vocação religiosa. Impõe-se a urgência de um desenvolvimento orgânico na própria religião adequado aos imperativos da história, o que obriga a uma dinâmica constante na busca da verdade. Assim, os românticos admitem, por um lado, uma rutura, por outro lado, uma continuidade, continuidade entre a renovação política e a renovação religiosa.

260 |

A interiorização preconizada pela consciência romântica não implica, no entanto, isolamento no sentido pietista. Pelo contrário, projeta a sua relação com o mundo. Há uma perfeita incarnação da exigência religiosa na realidade humana. Essa comunicação entre o divino e o humano faz-se através da Revelação – manifestação do Eterno no domínio temporal. E a Revelação cristã, porque demora a concretizar-se, para a sua consumação no fim dos tempos – a aliança da humanidade – e da eternidade – não só exige essa dinâmica constante como alimenta, por outro lado, a esperança escatológica. Esta é, também, um dado importante das doutrinas messiânicas do romantismo.

Os românticos reconhecem a importância do cristianismo na história da humanidade, opondo-se, no entanto, à Igreja católica – instituição, a seu ver, ultrapassada e deturpada dos dogmas e símbolos cristãos. A igreja dos românticos é a igreja universal. A humanidade – que abarca o *Povo* e a *Nação*, conceitos tão caros aos homens do século XIX – é a comunidade dos fiéis que substitui a igreja invisível e abstrata. O cristianismo é, como vemos, uma nova síntese. A teologia é relançada com bases novas – as de uma cosmoteologia. O fundamento escatológico do futuro da humanidade radica na esperança triunfante da democracia. Para os socialistas cristãos como Buchez, Esquiros, Pierre Leroux, Saint-Simon, entre outros, Cristo é o anunciador da libertação e do advento democrático. O homem romântico projeta-se para o futuro e alimenta a crença e a esperança nesse porvir sem negar a validade das diversas vias e meios na busca da verdade.

É a esse germe de universalidade e de ecumenismo, na base de um sincretismo religioso, que a Revolução Francesa de 1848 confere alento e insufla um vento de fraternidade, despertando as esperanças.

Na década de 30 e 40, a questão social coloca-se já com extrema acuidade. As massas trabalhadoras tomam consciência dos seus problemas vitais e dos primeiros passos no caminho da emancipação política através da instauração da república e da prática do sufrágio universal, e da emancipação social através da associação. Solidariedade no trabalho e luta política são as armas de combate ao sistema capitalista liberal.

A literatura recria também o seu ideal social e político. Não se enquadra só no puro otimismo romântico. Adquire também força socializante. Em 1848, o panfletarismo de esquerda, a imprensa periódica afeta à ala liberal radical e o romance progressista denunciam as injustiças sociais e divulgam as doutrinas dos utópicos. O romantismo social, eivado de uma fé religiosa ardente, marcado pela nostalgia do primitivismo evangélico e com acentuada força humanitarista, é o pano de fundo do discurso messiânico do socialista utópico, do romance do intelectual-burguês progressista, de uma literatura popular que prolifera e de uma imprensa periódica liberal radical.

As palavras do dia são *Povo, República, Democracia, Religião*. Esta explosão de escritos traduz o borbulhar de ideias, o fervor e a fé dos homens de 48 que as impulsionam a dar a conhecer os projetos de reforma, a denunciar as injustiças, a tentar a procura incessante da felicidade do homem. A sua ação foi profícua, pois contribuiu, com maior ou menor veemên-

cia, para a educação política do *povo*. Os axiomas essenciais do cristianismo – a Igualdade, a Fraternidade, a Solidariedade – são evocados como base ideológica das concepções demorrepublicanas. A democracia significa a concretização do puro primitivismo evangélico e a consumação da cristologia. Assim, a “gloriosa” revolução de fevereiro de 1848, em França, elevava o homem à mais alta dignidade da sua natureza e traduzira, na essência, a consolidação da doutrina da fraternidade e da comunhão sagrada de todos os fiéis.

Esta simbiose cristianismo/revolução é uma constante na ideologia de 48. Neste contexto, a França – tal como a cantavam Michelet e Quinet – incarna, pelo seu apostolado ecuménico, o Messias dos novos tempos. A humanidade liberta-se do espaço limitado e finito da Igreja instituída, e constitui, ela própria, a Igreja Universal numa base ecuménica. O objeto desta religião nova é, em suma, a humanidade. A revolução é a sua voz. A esse espírito é inerente uma explosão de ideias generosas – a regeneração da nação pela república, portadora das virtudes e princípios evangélicos, e a união de todos os cidadãos, cimentada pela prática dos ideais cristãos. A república não é tanto um regime político como a fase mais acabada da sociedade humana. Para alguns socialistas e democratas, a “verdadeira república” não havia sido ainda fundada. O que se conseguira com a Revolução Francesa foi erradicar o passado, ou melhor, a religião do passado, e lançar as bases de uma religião nova. A fé republicana fundamenta-se no credo revolucionário – a famosa trilogia Liberdade, Igualdade e Fraternidade – “evangelho da política” – cujo autor anónimo e coletivo é o *povo*. A *Liberdade* exprime patriotismo; a *Fraternidade* evoca o exemplo do “sans-culotte Jésus”; a exaltação da *Igualdade* é o testemunho da crença nessa religião nova: a união da humanidade. A mitificação da revolução de 1848 pelos demorrepublicanos é acompanhada pela relevância simbólica que se dá ao *povo*, outra “figura” proeminente da mitologia romântica. O vocábulo “povo” repete-se frequentemente nos títulos das obras de Lamennais, de Alphonse Esquiros, de Eugene Sue, de Proudhon, de Laffauris e de muitos outros, além de integrar os títulos de muitos jornais da época²¹. O *povo* aparece envolto numa auréola messiânica. E, como tal, é necessária uma identificação perfeita com ele.

No conceito de Lamennais, o Povo, torturado como Cristo, é a humanidade inteira em busca da justiça e do amor. E o Homem/Deus, o Povo/Cristo, o Verbo incarnado. No Povo está o germe da unidade e fraternidade humanas. Do conceito de povos, de Povo, Lamennais chega à definição do “Povo de Deus”. E o que querem os povos? O melhoramento das massas sofredoras, as leis de proteção ao trabalho e uma mais equitativa distribuição da riqueza.

Ora é a esse Povo e em nome desse *Povo* que, após a proclamação da II República Francesa, se decreta a prática do sufrágio universal, a abolição da escravatura e da pena de morte, a redução da jornada de trabalho e a liberdade de imprensa e de reunião. A voz do povo é a voz de Deus ou, dito de outro modo, a voz do homem feito Deus.

Mas para transformar fundamentalmente esse mundo dominado por uma sociedade burguesa, clerical, individualista, injusta e opressora, formulam-se novos conceitos, florescem

²¹ Em 1834, Lamennais dedica a sua obra *Paroles d'un croyant* ao povo; em 1837, escreve o *Livre du peuple*; em 1848, dirige o jornal *Le Peuple Constituant*. Alphonse Esquiros publica *L'évangile du peuple* (1841) e Laffauris *Le livre des prophètes et du peuple* (1841). A palavra repete-se frequentemente em publicações periódicas, como *Journal du Peuple* (1833), *L'Étoile du peuple* (1848), *Le Salut du peuple* (1849), *Le Drapeau du Peuple* (1849), *Le Dieu du Peuple* (1849), e ainda na obra de larga divulgação *Les mystères du peuple* (1849), de Eugene Sue, entre outras. Proudhon refere com frequência expressões alusivas ao povo e nos seus *Carnets*, em maio de 1847, dedica-lhe uma ode.

novas ideias e uma necessidade premente preocupa os espíritos democratas e socializantes – reformar o mundo. Terreno rico de ação para os utópicos que aproveitam condições novas e ideais para dinamizar um verdadeiro movimento operário, um movimento dinâmico das classes oprimidas contra os seus opressores. A marcha mais ou menos messiânica e profética da maior parte dos socialistas utópicos da primeira metade do século XIX desenvolve-se, precisamente, entre dois pólos: o regresso ao Reino de Deus, tal como se desenha no Evangelho e na Igreja primitiva, e a sua projeção no futuro.

A vitória da revolução republicana francesa, em 1848, tem, como sabemos, assinalável importância a nível europeu e enforma, ideologicamente, os demorrepublicanos portugueses. O espírito evangélico do romantismo social e humanitarista dos teóricos franceses (Saint-Simon, Fourier, Pierre Leroux, Lamennais, Buchez) frutifica não tanto em obras sistemáticas, mas, sobretudo, na literatura socializante que colhe ampla divulgação entre nós.

Nos múltiplos folhetos de cariz liberal, democratizante e de propaganda republicana que circulam anónima e clandestinamente em Portugal, em 1848, nos artigos dos periódicos progressistas e na poesia inspirada nos movimentos e ideias revolucionárias, está subjacente essa identificação da religião/república, povo/Cristo, França/Messias Redentor.

Como exemplos significativos selecionámos alguns textos de autores portugueses que expressam a luta dos oprimidos contra a prepotência dos senhores, que enaltecem a igualdade dos homens perante Deus, o respeito pela Liberdade e a esperança na Fraternidade universal.

O jovem José Maria do Casal Ribeiro, jornalista, político e socialista, no opúsculo *O Soldado e o Povo*, como já referi, saído a lume em 1848, identifica o símbolo cristão da Cruz de Cristo com a bandeira da liberdade. A cruz, símbolo da emancipação da humanidade, representa, alegoricamente, a tríade revolucionária que é, afinal, a divisa evangélica: “a união de todos – diz o autor – em volta de uma bandeira – a bandeira da Liberdade, da Igualdade, em suma, da Fraternidade”²².

O Cristo torturado, sofredor, crucificado é a imagem mais acabada do proletariado, igualmente martirizado pelas injustiças sociais e pela desigualdade económica. Como refere outro dos autores socializantes, Custódio José Vieira, “... à força de ardis, de prepotências e de roubos, ides esbulhando os infelizes de seus poucos haveres O proletariado é a imagem do Crucificado. A palavra proletário diz infelicidade e resignação... [mas] já lá se levanta no horizonte, para além dos Pirinéus, a estrela que anuncia o próximo futuro dos povos – é a estrela da sua redenção”.²³

Esta identificação simbólica da humanidade sofredora e de Cristo Crucificado, encontramos-a muito explícita, entre outros teóricos, em Lamennais, concretamente na sua obra *Paroles d'un croyant* (1834). Mas, à imagem da ressurreição do Filho de Deus, também o cristão coletivo – o povo – tinha a esperança da salvação. A redenção é um conceito comum a todos os socialistas, mas, porque a ele está intimamente ligado o sentido da vida e, consequentemente, nele se cristalizam os conflitos, as contradições, as esperanças e as lutas, é um conceito passível de interpretações díspares. A verdadeira redenção, para Fourier, reside na prática do amor, do prazer, da festa social; para Ballanche, Buchez, Esquiros e Flora Tristan tem um sentido acentuadamente político e social, enquanto em Lamennais continua a estar patente o destino do cristão considerado individualmente.

²² José Maria do Casal Ribeiro, *O soldado e o povo*, Coimbra, 1848, p. 23.

²³ Custódio José Vieira, *Um, alguns e todos ou a historia d'um absurdo*, Porto, 1848, p. 16.

A libertação coletiva dos oprimidos, embora definida por um vocabulário messiânico (Libertação, Emancipação, Salvação), tem um sentido acentuadamente laicizante: a redenção é preparada e realizada pelo próprio povo. Essa libertação, na liturgia dos socialistas utópicos e revolucionários de 1848, é uma autorredenção, isto é, uma conquista do homem pelo próprio homem, e não um benefício de Deus. “Nenhum Povo ainda quis ser livre, que o não fosse” – diz-se nas colunas da folha clandestina *A Republica*²⁴. E o redator de *O Republicano* concretiza: “É uma revolução imensa e profunda que vai aparecer na terra... E por quem? Pelo Povo – porque esta revolução será feita pelo povo e só para o povo”²⁵.

| 263

Da vontade de querer ser livre e da força que executa essa vontade depende a conquista da emancipação humana. Força libertadora do jugo da tirania, da ditadura, da oligarquia, da opressão capitalista, e que para alguns é mesmo a revolta armada, terá que ser justificada e legitimada como o meio operativo necessário para alcançar a almejada redenção.

A doutrina cristã, portadora dos ideais de filantropia e solidariedade, conceitos tão caros aos espíritos democratas, torna-se o modelo de todo um ideário que fundamenta a ideologia republicana de 1848. A cristologia e o retorno ao primitivismo evangélico conhecem uma significativa revivescência na mentalidade romântica dos demorrepublicanos portugueses. Nos seus textos, em prosa ou em verso, deparamos com expressões de uma linguagem religiosa pouco ortodoxa, não teocêntrica, que define uma atitude de orientação indeterminada para Deus e, muitas vezes, uma cristologia revolucionária. Ressalta, por exemplo, a importância e o valor dado ao livro sagrado – o Evangelho – entendido como “carta de emancipação do homem social”, “contrato de Deus com os povos”, “revelação do homem justo” e “livro da doutrina do amor e da fraternidade”.

O redator da folha progressista *O Seculo*, dado à estampa, em Lisboa, considera que a máxima “amai-vos uns aos outros”, ensinada por Cristo, é a que mais profundamente encerra o ideal da Fraternidade. Verdade até então sofismada, tal máxima encontra a sua plena expressão no movimento revolucionário que arvorara a bandeira republicana em 24 de fevereiro, qual símbolo da união dos povos e de todas as crenças²⁶. Assim sendo, as divisas da república democrática são, em última análise, a tradução laica dos axiomas do cristianismo.

A república devia ser, portanto, uma religião. Pierre Leroux, defensor de uma *praxis* democrática, afirma mesmo que “La République est une religion ou plutôt elle est la Religion”²⁷.

E o autor anónimo do folheto republicano *Deus e a Liberdade* (divisa de Lamennais) expõe, em termos bem claros, esta mesma simbiose: “a República é a realização da Liberdade que Deus concedeu aos homens, da Igualdade que o Cristo manifestou ao mundo, da Fraternidade que é a expressão do seu divino verbo”²⁸.

A figura central deste cristianismo “populista” e utilitário é Cristo, cuja imagem se identifica melhor com o operário e com o camponês do que com o Deus terrível e vingativo apresentado pela prédica oficial. A vivência do Filho de Deus é exemplo paradigmático da humanidade. A sua origem, vida e destino tornam-se os padrões referenciais da existência

²⁴ *A Republica. Jornal do Povo*, Lisboa, n.º 5, 16 de abril de 1848, p. 41.

²⁵ *O Republicano*, Lisboa, n.º 4, 1848, p. 1.

²⁶ *O Seculo*, Lisboa, n.º 2, 1848, p. 24.

²⁷ Pierre Leroux, *Projet de Constitution démocratique et sociale*, Paris, 1848, p. 65.

²⁸ *Deus e a Liberdade*, s.l., s.d., p. 1.

humana. O Messias nasceu no ambiente mais precário, teve uma ascendência humilde. Filho de um “operário”, conviveu com pessoas simples, misturou-se com a turba dos oprimidos, foi condenado a um suplício afrontoso e expirou entre dois homens da plebe. O cristianismo social tinha em conta uma cultura popular que não teria podido assimilar uma mensagem mais abstratamente apresentada.

264 | O Deus repressivo cede o lugar ao Deus-Amor que deu a vida pelos homens. À visão teocêntrica de um Deus-Pai substitui-se a corrente cristocêntrica que põe a tónica na devoção a Jesus Cristo e no culto do seu Sacrifício. Daí que a piedade dos românticos, alicerçada no amor, se centre no culto da Cruz e da Paixão. A Crucificação é, de facto, o emblema de toda a estrutura social. O sangue de Cristo foi derramado e continua a sê-lo para criar o Governo da Justiça. Assim, o sangue religioso toma um significado social e histórico. Toda a revolução representa uma crucificação – o sangue humano é derramado para resgatar o homem mortal, como o próprio sangue de Deus foi vertido para salvar as almas. “A Revolução – escreve o articulista do jornal clandestino *A Republica* – é hoje tão necessária como o sangue nas veias para ter vida; e todos sentem esta necessidade...”²⁹. O sacrifício do Redentor permite realizar a possibilidade de glória dos homens.

O autor do folheto *Deus e a Liberdade* exprime exatamente este sentir:

“Ó Pátria! Ó Pátria! porque não ressuscitas tu à voz da liberdade e do Cristianismo? Porque não dizes ao mundo – as Quinas da minha bandeira, são as chagas de Cristo que morreu para resgatar o Povo... Que grito deve ser o nosso? Um só – a República”³⁰.

Valoriza-se o derramamento do sangue religioso no discurso político como fundamento e justificação da revolução violenta. A dor é necessária para conduzir ao amor³¹. Era neces-

²⁹ *A Republica. Jornal do Povo*, Lisboa, n.º 1, 25-4-1848, p. 3.

³⁰ *Deus e a Liberdade*, cit., p. 67.

³¹ Qualquer que seja a posição política do escritor, o sangue de Cristo crucificado justifica o sofrimento. Foi derramado para criar o governo da justiça. O sangue religioso tem, portanto, um significado social e histórico que toma relevância no discurso de direita ou de esquerda. Basta lembrarmos a importância do culto ao Sagrado Coração de Jesus. O coração é o centro principal de todos os sentimentos e devoções. É o símbolo do sofrimento e é, simultaneamente, fonte do amor e da caridade. Deus, por amor, deu à humanidade o seu Filho e o Filho, por amor, oferece o seu coração. Trata-se de uma devoção humana e divina e, melhor que qualquer outra, faz compreender os sentimentos do coração divino e o seu superior sentimento de caridade. Não admira, portanto, que este culto fosse dinamizado pelos católicos para combater as ideias heréticas como as jansenistas. À imagem de um Deus terrífico e impiedoso opunha-se a imagem do Deus amor. Em face do racionalismo, do deísmo, naturalismo e laicismo, o culto adquire maior propagação difundida pelos jesuítas. Contra os ventos revolucionários e a proclamação da República em França, em 1789, o tema de Jesus sofredor toma alento e a leitura do Evangelho é feita pelos refratários em função de Cristo cuja doutrina se concretiza na monarquia absoluta. Daí que os legitimistas invoquem a devoção ao Coração de Jesus para obter essa observância às leis e bons costumes do Antigo Regime. A realeza do monarca é o reflexo da realeza de Cristo. Para os defensores do Trono e do Altar os ensinamentos políticos de Cristo reduzem-se à consagração da monarquia absoluta. Em Portugal, é a partir de 1728 que se propaga esta devoção. Nem a supressão da Companhia de Jesus, nem o combate dos jansenistas conseguiram extinguir o culto que conhece, ao tempo de D. Maria I, ampla divulgação, mercê também da autorização do Papa Pio VI, em 1777, para a celebração da festa ao Coração de Jesus. O padre jesuíta Carlos Rademaker, em carta ao Padre Geral Pedro Bechx, de julho de 1857, relata a situação “miserável” da religião em Portugal: “É grande o número dos protestantes e grandes os esforços de propaganda que procuram fazer por seus predicantes e pela difusão de bíblias heréticas. A Universidade de Coimbra, a única em todo o reino, está eivada de jansenismo e de regalismo; nela se explicam publicamente obras condenadas pela Igreja ou com ressaibos de heresia. Os seminários conciliares, em várias dioceses estão fechados ou embebidos de espírito mundano. O clero secular, sem união

sário o calvário das barricadas para conseguir nova ressurreição da humanidade. Subjaz, portanto, a esse credo, a essa fé, uma filosofia do porvir – a crença no futuro, a esperança na radical mutação socioeconómica, em suma, o anseio de uma ressurreição.

E é a França, porque incarna a figura do Messias esperado, que inicia o processo da redenção universal. Ela é mitificada precisamente pela empresa libertadora da sua revolução. Esta, numa perspetiva ecuménica, funciona como o êmbolo acelerador de um processo mais amplo de emancipação dos povos: os movimentos nacionalistas europeus e/ou a contestação dos governos conservadores. Assim o refere o nosso poeta Donnas-Boto nos seus versos sobre *A queda de Vienna*:

E p'ra consumir a grande Redenção
Que Cristo na Cruz com sangue selou
Já em França rebenta a Revolução
Que os povos das garras dos Reis arrancou.³²

“E quem deixará de seguir a França nesta cruzada santa?” – interroga-se o articulista do periódico progressista radical – *O Rabecão*³³.

A sensibilização dos jovens como força dinamizadora era, e mais uma vez o exemplo francês é evocado, pertinente.

À mocidade está vinculada a salvação da pátria. Para isso apelam os poetas, dramaturgos e jornalistas: uns testemunham o desejo de emancipação das classes laboriosas, como António de Serpa e Francisco Gomes de Amorim; outros fazem eco dos movimentos nacionalistas europeus, como Augusto Lima e Luís Augusto Palmeirim; outros estabelecem a conexão do dogma cristão e dos princípios liberais, como o faz João Maria Nogueira; outros explanam as teorias associativas e socialistas, como Lopes de Mendonça, Casal Ribeiro, Cus-

com os pastores diocesanos, nem entre si. Por fim, as sociedades secretas condenadas pela Igreja exercem grande influência não só na classe rica mas também no povo entre o qual cada dia se vão organizando novas agremiações, a que chamam operárias. Pelo que se refere às letras a Academia das Ciências de Lisboa encontra-se dominada por alguns que são adversos à religião” (*Liber primas de Regesta Ulissiponensis Residentiae ab anno 1857, ad annum 1859*, n.º 8. Mss., Prov. Lusit. SJ.). Ora, o culto ao Sagrado Coração oferecia “o remédio aos males dos últimos tempos”, entre outros, o indiferentismo religioso, o materialismo teórico e prático, a questão operária, o socialismo, o comunismo e “a relaxação e lenta decomposição da família e da sociedade operada pelo liberalismo, por meio das escolas emancipadas da religião e dos inumeráveis ardis dos pedreiros livres” (prólogo do P.º Joaquim dos Santos Abranches à obra *Coração de Jesus segundo a Doutrina de Stª Margarida Maria. Por um oblato de Maria Imaculada, Capelão de Montmartre*, tradução de R. F., 2.ª edição, corrigida, Porto, Apostolado da Imprensa, 1932, p. XLII). O amor que dimana do Coração de Jesus inspira sentimentos de abnegação, de justiça e de caridade que permitiriam a concretização das reformas sociais consentâneas com o progresso. Daí que a associação nascida entre os estudantes jesuítas franceses, O Apostolado da Oração, criada em Portugal em 1864, tivesse sido o instrumento difusor da devoção ao Coração de Jesus e, para muitos dos seus fiéis, o impulsor da recristianização da vida portuguesa.

³² Luiz Maria de Carvalho Saavedra Donnas-Boto, “A queda de Vienna”, in *A Apotheose do Illustrissimo Senhor Antonio da Costa e Sousa (Veiga Junior), e das outras victimas que soffrerão o martírio pela Patria nas margens do Verdeiro aos 22 d’Outubro de 1846*, Porto, 1848, canto II, pp. 149-155. O autor formara-se em Medicina pela Universidade de Lovaina e era bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. É sobretudo na poesia que transmite a sua ideologia política, patriótica e socializante. Leiam-se, por exemplo, os seus versos *Soneto à Fraternidade*, *Soneto à Paz*, *Soneto à Itália* e poesias diversas compulsadas em *A Lyra do Douro*, publicadas em 1854. O prefácio a esta obra (pp. 5-63) é uma análise detalhada dos conceitos e princípios do ideário político-social do autor e a sua profissão de fé.

³³ *O Rabecão*, Lisboa, 10-3-1848, p. 1.

tódio José Vieira, Marcelino de Matos e Sousa Brandão. O incitamento ao soldado, repito, como elemento imprescindível e factor de união, é uma constante nas colunas dos jornais republicanos clandestinos – *A Republica*, *O Republicano*, *A Fraternidade*, *O Regenerador* – que dirigem proclamações ao exército e, evocando o ideal fraterno, apelam para a sua colaboração e apoio na luta contra a monarquia vigente.

266 |

Para os mais radicais não bastava a revolução das ideias, tornava-se premente a revolta armada contra o regime. Não era, porém, esta opinião que colhia a aquiescência da maioria dos “republicanos” e socialistas utópicos portugueses.

Voto universal, processos aos ministros concussionários, armamento geral do país, liberdade de pensamento, de expressão e reunião, direito ao trabalho, à educação e instrução, são algumas das linhas programáticas dos defensores nacionais de uma república, sinónimo de democracia social. “Ela é, por excelência – escreve o articulista d’*O Regenerador* – o governo fraternal... e a fraternização é a grande necessidade pátria”³⁴. Silveira da Mota expressa bem o espírito de rutura com a política conservadora vigente e com a Rainha D. Maria II. Porém, nos seus versos “Ao Povo Portuguez”, aconselha:

Mas se fordes vencedores
 Não abuseis da vitória!
 Não sejais como os senhores,
 Consegui a maior glória
 Não maltrateis os vencidos

 Ódios fazei apagar!
 Que o pendão que tremular
 Deve ser pendão de paz!³⁵

As teorias filantrópicas e de tolerância, de clara herança da cristologia cristã, apontam, obviamente, para uma via pacifista. “O Povo [lê-se nas páginas do jornal *O Republicano*] não deseja derramar sangue, há-de ser avaro em o espargir porque é sangue de Portugueses, porque é sangue de irmãos”³⁶.

À luz dos ditames cristãos que explicitamente conferiam “a trabalho igual, riqueza igual” havia que rever o sistema distributivo de produção. A igualdade dos cidadãos exigia a igualdade material.

A prepotência capitalista e a profecia de um movimento libertador universal ganham ressonância na poesia da época, por exemplo, no soneto “O Canto do Livre”:

Treme pois, senhor malvado
 Que o povo tens oprimido
 Que há-de erguer se o desgraçado
 Que serás então vencido!

³⁴ *O Regenerador. Jornal do Povo*, n.º 9, 22 de abril de 1848, p. 3.

³⁵ Inácio Francisco Silveira da Motta, “Ao Povo Portuguez”, in *A harpa do livre*, Lisboa, 1852, p. 61. Bacharel formado em Direito pela Universidade de Coimbra, é autor de vários trabalhos de história e literatura e ocupou vários cargos políticos a partir de 1864. Enquanto estudante compôs, entre outras, poesias alusivas *À Liberdade*; *Ao Governo Austríaco*; *Ao Povo Português*; e *O Canto do Livre*; e *O Operario*, que coligiu na antologia acima citada.

³⁶ *O Republicano*, n.º 5, 1848, p. 2.

Que o povo já se ergue altivo
 Proclamando a igualdade
 Que o que outrora era cativo
 Ei-lo agora em liberdade
 É meu canto profético horrível
 Para os reis para os ricos protervos!
 Mas é canto de vida p'ra os servos!³⁷

Recriar uma ordem social, vencer a desproporcionalidade e as injustiças económicas pressupunha, para os defensores da democracia, a conciliação de interesses classistas. No plano político, a república representa o único regime que possibilitaria a conciliação da Liberdade com a Autoridade, da Ordem com o Progresso. A visão cristã do homem faculta uma leitura que, como vemos, fundamenta os preceitos da sociedade democrática.

O cristianismo dos socialistas, dos democratas, dos republicanos e dos liberais de 1848 é fundamentalmente um credo social a que está subjacente, como já salientámos, uma filosofia do porvir – crença no futuro e esperança numa radical mudança socioeconómica. Fé na humanidade e no povo, fé nas coisas terrenas como o credo religioso nas verdades divinas, crença no futuro, na (e como) ressurreição e redenção. A uma filosofia humanitarista romântica está subjacente um sentido político e social, vivificado pelo espírito do Evangelho e dos profetas, mas com acentuada conotação de uma teologia herética.

Verificamos, de facto, que há uma inversão neste movimento religioso. Enquanto na religião cristã (católica ou protestante) a iniciativa é de Deus e o homem ator segundo, nos autores românticos e nos democratas e socialistas de meados do século XIX, a iniciativa religiosa pertence ao Homem. É o Homem que cria a religião e situa Deus, ou, dito de outro modo, a humanidade, realizando-se a si própria, realiza o próprio Deus. Podemos afirmar que há uma transposição laica dos conceitos de Sacrifício, de Redenção, de Revelação, de Ressurreição que são inseridos numa filosofia humanitarista que é, na essência, uma fé. Teoricamente coincidentes, princípios liberais e conceitos da teologia e escatologia cristãs, na prática adquirem um profundo sentido laico. Porque a redenção é obra da humanidade, o cristianismo social de 1848 assume um cariz revolucionário – não se trata de mera propaganda, de puro conformismo ou conservantismo, mas de um instrumento de mudança. Há, portanto, uma transmutação de valores do plano teológico para o plano puramente profano. Assim sendo, fica-nos a questão já formulada por Paul Bénichou: a fundamentação filosófica cristã, subjacente à doutrina social de 48, não será apenas a mitificação de uma esperança terrena?³⁸

A esperança dos “republicanos” iberistas

Foi em nome da Fraternidade Universal que logo após a eclosão dos acontecimentos revolucionários em Paris, em 21 de fevereiro, algumas centenas de cidadãos, entre eles espanhóis e portugueses³⁹, se manifestaram frente ao Hôtel de Ville. Residentes em Paris, de-

³⁷ Inácio Francisco Silveira da Motta, “O Canto do Livre”, in *op. cit.*, 1852, pp. 43-46.

³⁸ Leia-se o artigo de Maria Manuela de Bastos Tavares Ribeiro, “O Cristianismo social de 1848”, *Revista de História das Ideias*, vol. 9, Coimbra, FLUC, 1987, pp. 481-494.

³⁹ Ofício de Francisco José de Paiva Pereira para o Duque de Saldanha, de Paris, de 24 de março de 1848 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Legação de Portugal em Paris, cx. 10, 1848-1849, doc. 7).

zassete estudantes portugueses integraram a manifestação. O oficial Joaquim Tomás Lobo d'Ávila, o orador, o seu companheiro de armas José Anselmo Gromicho Couceiro e Isidoro Emílio Baptista, bolseiros do governo português, aderiram com outros colegas de vários ramos científicos à manifestação de apoio ao governo provisório e congratularam-se com a instauração da república francesa.

268 | Portugueses e espanhóis, unidos por ideais iberistas, empunhavam o estandarte ibérico. A questão da união peninsular já em 1847 era discutida em França pelos portugueses ali residentes⁴⁰. A esperança desses “republicanos” iberistas, fortalecida pela adesão aos ideais republicanos, radicava no ruir do edifício da Santa Aliança e no erigir, em seu lugar, da Santa Aliança dos Povos. Na felicitação dirigida ao governo provisório, os portugueses, através do seu porta-voz Joaquim Lobo d'Ávila, manifestam o seu reconhecimento, admiração e simpatia pela “obra gloriosamente começada em Fevereiro”. Do *Courrier Français* transcreve o jornal *A Revolução de Setembro*:

“A república francesa abre uma nova era. Os destinos de todo o mundo vão estar mais que nunca ligados aos destinos de França. O seu heróico grito fez palpitar os nossos corações de alegria e esperança. Era para ela que se dirigiam os olhos do universo. A maneira cristã com que empreenderam a sua regeneração social prova que julgámos bem o nobre coração deste grande povo.

Renunciar à guerra e à violência, tão contrárias a todo o progresso civilizacional, tomar as ideias por armas, as inteligências por soldados, a discussão por campo de batalha, a fraternidade por estandarte, a humanidade por pátria: é deste modo que podereis continuar a obra tão gloriosamente começada em Fevereiro.

Por um sublime esforço, os filhos da França fizeram desvanecer como um fantasma a tirania hipócrita que pesou sobre eles, e sobre o mundo. Glória para eles! Glória também para vós, cidadãos, por que nas vossas mãos já frutifica a vitória do povo.

Não poderíamos nós, portugueses, ficar estranhos à vossa grande obra: por que sabemos, há muito, que após o governo que derrubastes, existia o povo francês, existíeis vós, cidadãos, que esposáveis a santa causa de uma nação oprimida, e que não tomaste parte nas violências que nos fizeram experimentar.

Por isso, nós cumprimos um dever de reconhecimento exprimindo-vos a admiração e a simpatia de todo os portugueses, desse povo agora escravo e que todavia tomou uma parte nobre na história da civilização.

A república francesa escreveu na sua bandeira a palavra fraternidade: a Santa Aliança dos reis vai cair perante a Santa Aliança dos povos. Agora não teremos a temer a oposição de uma força brutal exterior, havemos de vir, com os nossos irmãos da Península, tomar lugar ao lado da França, debaixo do estandarte sagrado da liberdade, e da fraternidade universal.

Viva a república!

Viva o governo provisório!”

Paris, 21 de Março de 1848⁴¹.

⁴⁰ Raphael Ribeiro, *O iberismo dos monárquicos*, Lisboa, 1930, p. 19.

⁴¹ Transcrito do jornal *Courrier Français* em *A Revolução de Setembro*, n.º 1821, 3 de abril de 1848, p. 2.

A deputação portuguesa protestava contra a opressão governamental. Cremieux, membro do governo provisório, congratula-se com o gesto fraterno dos que felicitam a França e a revolução, repudia vivamente a “tirania das três nações” intervenientes na Convenção de Gramido, deprecia e critica o governo português e exprime o desejo de que “o dia da ressurreição da liberdade chegue para todos”. Na mesma folha diária lisboeta podem ler-se as palavras daquele político francês:

“Cidadãos portugueses: julgo-me feliz em me achar presente no Hotel de Ville no momento em que vindes felicitar a França e o governo provisório desta maravilhosa revolução.

Na última câmara dos deputados como na nação, todos os que compõem hoje o governo provisório têm simpatizado com o povo português. Eu não tenho pois necessidade de vos recordar a alegria que experimento hoje, recebendo a vossa deputação, porque Portugal, desde o primeiro dia em que eu vi as potências arrogar-se o direito de ir, mais fortes, oprimir um povo todo sublevado contra a tirania que o oprimia, desde esse dia, eu senti a necessidade de elevar, em nome da França, o protesto mais vivo (bravo, bravo) contra essa tirania de três nações, ligando-se contra uma só para sustentar ... [sic] – perjura contra um povo vitorioso (aplausos) e nessa época, foi impossível obter de uma maioria servil um protesto favorável a Portugal, ao menos todos os corações franceses responderam às minhas palavras. (Viva a França)

Sei que o próprio Portugal tem estremecido, e no momento em que falamos, é possível, que esse Portugal, onde vive um povo tão cheio de generosidade e de valor, é possível que esse Portugal, que tem deixado na história recordações tão brilhantes e tão belas se levante a seu turno (grito geral: Ele se levantará) e faça compreender pela sua parte que o dia da ressurreição da liberdade chegou para todos.

O governo provisório vos agradece pelos votos que fazeis pela França, e pelo movimento simpático que vos anima para os vossos irmãos de França. Sim, a fraternidade dos povos está doravante estabelecida. Algum tempo, e a palavra da Santa Aliança com referência aos povos, todos unidos num mesmo sentimento, receberá a mais maravilhosa reabilitação.

Senhores, a Europa desperta e agita-se, ouvi ao longe, dois gritos ressoam: Viva a Pátria! Viva a liberdade! Estes gritos nobres e santos que se resumem hoje para nós nesta deliciosa aclamação – Viva a República’.

Todos os portugueses: – ‘Viva a República!’ O membro da deputação que tinha dirigido a palavra: ‘Permeti-me, senhores, de vos dirigir em particular em nome dos meus compatriotas, a expressão de novo reconhecimento pelas nobres e eloquentes palavras, que haveis pronunciado do alto da tribuna francesa em favor do povo português, contra o despotismo do seu governo e a violência da intervenção estrangeira.

A França, que ama os corações nobres e as altas inteligências, vos confiou, no meio desta sublime revolução, uma parte dos seus destinos, nós nos congratulamos com esta escolha, pela grandeza da França e pela felicidade do nosso país.

Mr. Cremieux – Senhores – eu vos agradeço – Só basta para que os sentimentos que estão no fundo do meu coração brilhem pela minha boca, uma manifestação mais particular para mim: Viva a República!

Os portugueses: ‘Viva a República! Viva Cremieux!’

Mr. Cremieux: – ‘Viva a nação portuguesa!’

Os portugueses: – ‘Viva a França! Viva a República!’”

Discurso polémico e contestado pelas autoridades portuguesas, nomeadamente por Francisco José de Paiva Pereira, nosso Encarregado de Negócios em França. Ressentido, exige

uma justificação do governo francês que não a faz tardar através de um ofício de Lamartine, então Ministro dos Negócios Estrangeiros. As palavras deste político francês traduzem, aliás, um dos princípios fundamentais da ideologia de 48 – o não intervencionismo:

270 |

“La République Française espère rassurer plutôt que dissoudre les excellents rapports de France avec le Portugal. Soyez assez bon pour en donner dans cette circonstance, comme dans toute autre. L’assurance à Notre Gouvernement. Ne pas s’immiscer dans les questions intérieures des gouvernements étrangers c’est la Loi que la République s’est faite.”⁴²

Esta felicitação era, segundo Costa Cabral (conde de Tomar, regressado do exílio, retoma em 1848 o seu lugar na Câmara dos Pares), mera expressão de uns poucos “rapazes” que estudavam em Paris. Não significa, a seu ver, a vontade da nação portuguesa⁴³. De facto, o governo português não reconheceu de imediato a república francesa e aguardaria a decisão do governo britânico. Atitude cautelosa que revela, por um lado, uma notória dependência da velha aliada em termos de política externa e, por outro lado, o receio que suscitavam as ocorrências revolucionárias francesa⁴⁴. A Grã-Bretanha seguia atentamente o desenvolvimento dos acontecimentos e a sua repercussão na Península Ibérica.

Apregoar os princípios republicanos, pôr em causa a prática governamental era demasiado ousado e perigoso para não ser levado em conta pelos nossos responsáveis ministeriais. De facto, os estudantes e emigrados residentes em Paris⁴⁵, participantes ativos nos sucessos de

⁴² *A Revolução de Setembro*, n.º 1823, 5 de abril de 1848, p. 2, cópia n.º 2 anexo ao Ofício Reservado n.º 7 da Legação de S. M. em Paris, de 24 de março de 1848 para o Duque de Saldanha (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Legação de Portugal em Paris, cx. 10, 1848-1849).

⁴³ Sessão da Câmara dos Pares de 8 de abril de 1848, *Diário do Governo*, n.º 96, 24 de abril de 1848, p. 294.

⁴⁴ Ofícios de F. J. de Paiva Pereira para J. J. Gomes de Castro, de Paris, de 15 de maio de 1848, 25 de abril de 1848 e 5 de junho de 1848 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Legação de Portugal em Paris, cx. 10, 1848-1849, docs. 81, 91, 97 e 103).

⁴⁵ Dos estrangeiros que frequentavam a École Nationale des Ponts et Chaussées entre 1825 e 1850, 19 eram portugueses (M. Malézieux, *Notes sur les élèves externes de l’École Nationale des Ponts et Chaussées*, Paris, 1975, p. 4). Francisco Maria de Sousa Brandão ali cursa engenharia e, embora regresse a Portugal antes de fevereiro de 1848 (Ofício do Barão de Francos ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, de 19 de janeiro de 1848 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério do Reino, Correspondência do Ministério da Guerra, cx. 10, 1847-1851), assiste, desde 1844, ao desenrolar dos acontecimentos franceses. Tomou parte ativa na revolta de 1844 contra as forças de Costa Cabral. Associativista ativo, escreve a obra *Economia Social. Primeira parte. O trabalho*, em 1857. É eleito deputado pelo círculo da Vila da Feira em 1865-1868, ocupa vários cargos ligados às obras públicas e adere ao partido republicano, em 1876. Membro da maçonaria, foi um jornalista de mérito, sobretudo dos jornais *Ecco dos Operários* (cofundador), *A Republica Federal* e o *Pensamento Social*. Joaquim Ferreira Sampaio (1797-1855), natural do Porto, comerciante e industrial, em 1820 era alferes da 3.ª Companhia de Milícias do Porto. Homem de ideias liberais, alistou-se no Batalhão de D. Maria II e depois no Corpo de Voluntários de Cavalaria. Emigrou em 1828 para Plymouth, passou depois a Paris e alistou-se na 1.ª Companhia do Regimento de Voluntários da Rainha em Belle Isle. Integrou o exército que desembarcou no Mindelo e lutou no cerco do Porto. Membro do 7.º Batalhão Móvel do Porto e ajudante do 3.º Batalhão da Guarda Nacional, a partir de 1840 e até 1854, residiria em Paris. Joaquim Tomás Lobo d’Ávila (1819-1901), aluno do Colégio Militar, emigrou para a capital francesa depois da revolta de Torres Novas, em 1844. Aí fez os seus estudos em engenharia civil, economia e direito administrativo e regressou na década de 50. Deputado em várias legislaturas, foi Ministro da Fazenda (1862-1865), Ministro Plenipotenciário em Madrid (1886-1890) e Par do Reino (toma posse em 9 de janeiro de 1875). Conselheiro de Estado efetivo, foi-lhe conferido o título de Conde de Valbom (abril de 1875). Venerável da Loja Regeneração Social em março de 1854, colaborou em vários jornais e revistas. Destacamos a sua obra *Verdadeira reforma eleitoral ou do suffragio universal*, Lisboa, 1848 e as *Reflexões sobre o contrato para a construção do caminho de ferro de leste*, Lisboa, 1853. Sebastião Bettâmio de Almeida (1817-1864), químico ilustre, desenvolveu um trabalho importante relativamente a assuntos

48, alguns deles combatentes nas hostes setembristas em 1844 e 1846-47, são vítimas da repressão do governo que suspende os seus vencimentos e licença de permanência em França⁴⁶.

O ideal iberista permanecia, no entanto, bem vivo. É sintomática a manifestação dos portugueses em Paris, solidários com os progressistas espanhóis, numa cerimónia fúnebre em memória das vítimas do levantamento progressista de 26 de março na capital espanhola.

Cerca de trezentos manifestantes, muitos deles franceses, estiveram presentes. Para além dos estandartes tricolores e da bandeira espanhola, agitava-se o pendão da Federação Ibérica “azul, cor de cana e vermelho”. Os nossos “democratas” empunhavam uma bandeira azul e branca, sem as armas nacionais⁴⁷. O iberismo ganhava força nos espíritos dos portugueses⁴⁸. Também a Academia de Coimbra, integrada por elementos radicais, núcleo considerável de elementos patuleias ativíssimos nas lutas da guerra civil de 1846-47⁴⁹, celebra a vitória republicana largamente difundida pela imprensa, nomeadamente em *O Patriota* e em *A Revolução de Setembro*:

“Irmãos! Os estudantes de Coimbra não podiam ficar silenciosos diante dos vossos feitos... do vosso amor pela liberdade, e da vossa dedicação pela causa dos povos. Quebrastes os grilhões da França, preparaste a unidade da Itália e da Alemanha, emancipaste a Áustria, concorreste para a revolução da Polónia, apressaste a queda do absolutismo na Europa... e nós de longe fazíamos votos pelo triunfo da santa causa, que defendíeis, que é a nossa também, a da Península, a das nações, a de toda a humanidade... a Santa Aliança morreu, e nos nossos corações existe cada vez mais vivo o amor da liberdade... Viva a Península! Viva a liberdade de todos os povos! Vivam os nossos irmãos de Paris, Itália, Berlim e Viena!”⁵⁰

É bem significativo, volto a sublinhar, um “*Viva a Península!*”. Ele traduz, explicitamente, o ideal ibérico que animava muitos dos cidadãos demoliberais. Insere-se, por um lado, na ideologia que subjaz ao movimento emancipalista e federalista de 48: independência nacional e união dos povos, por outro lado, na base da conjuntura política europeia os demoliberais ibéricos sabiam que, para fazer face à sua mais velha aliada (responsável por tantos danos e prejuízos às nações peninsulares), havia que consolidar uma frente comum – a União

agrícolas. Colaborou em vários jornais, mas salientamos os seus artigos no *Jornal do Commercio*. É da sua autoria o *Relatório sobre a fábrica nacional de vidros da Marinha Grande apresentado a S. Exa. O Ministro da Fazenda pela comissão de inquérito nomeada por portaria de 4 de Julho de 1859*, Lisboa, 1860. José Anselmo Gromicho Couceiro estudou em Paris engenharia civil e era abonado pelo soldo de oficial do exército. Participante na manifestação de apoio ao Governo Provisório francês, o seu vencimento foi suspenso. Irmão do tenente-coronel de artilharia Couceiro, que se havia notabilizado ao serviço da Junta do Porto, José Anselmo, liberal radical, era homem suspeito para as autoridades civis e militares (Ofício do Barão de Francos para o Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros de 25 de abril de 1848, Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Correspondência do Ministro da Guerra, cx. 10, 1848; e Arquivo Histórico Militar, processo individual de ... cx. 945).

⁴⁶ Ofício do Barão de Francos para o Ministro e Secretário dos Negócios Estrangeiros de 25 de abril de 1848 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Correspondência do Ministério do Reino, Ministério da Guerra, cx. 10, 1847-1851, Arquivo Histórico Militar -1.ª divisão, 28.ª secção, cx. 7, doc. 61).

⁴⁷ Ofício de Francisco José de Paiva Pereira para o Duque de Saldanha de Paris, de 24-3-1848 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Legação de Portugal em Paris, cx. 10, 1848-1849, doc. 8).

⁴⁸ Cf. Fernando Catroga, “Nacionalismo e Ecumenismo. A Questão Ibérica na segunda metade do século XIX”, *Cultura, História e Filosofia*, Lisboa, vol. IV, 1985, pp. 419-463.

⁴⁹ *Notícia histórica do Batalhão Académico de 1846-1847*, notas do Dr. António dos Santos Pereira Jardim, Coimbra, 1888.

⁵⁰ Assinada por 406 estudantes, número significativo se atendermos a que se estava, àquela data nas férias da Páscoa. Encontravam-se muitos alunos fora de Coimbra. Em 1848, a frequência universitária era de 963 estudantes. Cf. *A Revolução de Setembro*, n.º 1834, 18 de abril de 1848, pl. cols. 2-3.

Ibérica. Na sua forma unitarista ou federalista, ela foi defendida por muitos intelectuais e políticos portugueses e espanhóis.

272 | Assim, portugueses e espanhóis uniram-se por razões táticas, numa estratégia comum. Fazer face à hegemonia inglesa e fazer ruir os governos vigentes: para recolocar a legitimidade ou para instaurar a república, ou ainda para concretizar a regeneração social no âmbito do regime monárquico. Uniram-se, também, por razões ideológicas: para muitos, a União Ibérica traduzia, afinal, o espírito ecumenista que comungavam com os “irmãos” da república francesa.

Os ventos eram propícios... A eclosão do movimento revolucionário francês de 1848 marcou a hora da “ressurreição do povo”, a hora suprema das nacionalidades e alimentava o sonho da Santa Aliança dos Povos.

Em conclusão, ideologicamente os movimentos revolucionários de 1848 fundamentam-se num credo social. A uma filosofia humanitarista romântica é inerente um sentido político e social vivificado pela memória da Grande Revolução e pelo espírito evangélico em que se revela a transmutação de valores de um plano teológico para um plano cosmoteológico.

Mas 1848 marca, de certa maneira, o fim de uma época, o fim de mais uma fase da Revolução Francesa.

ÍNDICE

PREFÁCIO	5
Guilherme de Oliveira Martins	
INTRODUÇÃO	7
José Eduardo Franco, Maria Manuel Baptista e Beata Cieszyńska	
1. HISTÓRIA E CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DAS NAÇÕES	11
<i>A Europa das nações ou a nação Europa: mitos de origem passados e presentes</i>	13
Patrick J. Geary	
<i>O complexo mítico da construção da identidade portuguesa: a ideografia proto-nacionalizante de Fernando Oliveira e de António Vieira</i>	23
J. Eduardo Franco	
<i>O “Medo dos Turcos”, a Europa-Cristandade e a Europa das nações (notas para um estudo)</i>	38
Ricardo Ventura	
<i>O choque dos mitos: dois mitos do genocídio arménio e o possível papel da lógica de adequação na questão Arménia</i>	47
Eduard Alan Bulut	
<i>Viriato na comunidade judaica portuguesa de Londres do século XVIII: um capítulo desconhecido do iluminismo português</i>	58
Manuel Curado	
<i>Discursos intelectuais e o imaginário social europeu</i>	73
Pilar Damião de Medeiros	
<i>Os becos e as vielas de Ílhavo — as origens e os mitos</i>	84
Sara Vidal Maia e Maria Eugénia Pereira	
2. MITOS DE ORIGEM, RELIGIÃO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES NACIONAIS	101
<i>A nação como religião</i>	103
Luís Machado de Abreu	
<i>Modernidade e catolicismo no Brasil no século XIX: permanências e tensões</i>	112
Márcio de Souza Porto	

O mito: a voz desconhecida do real? Uma leitura de René Girard.....123
Márcio Meruje

*“O antigo Portugal no Brasil renascido”:
o mito do império luso-brasileiro em Caramuru, de Santa Rita Durão*136
Elzimar Fernanda Nunes Ribeiro

*O Jano Ibérico: O papel cultural do anticastelhanismo
na construção da identidade nacional portuguesa (séculos XII a XVI)*.....150
Ana Sofia Santos

Narrativas nacionalizantes e turísticas: Era uma vez.....168
Cândida Cadavez

3. EXPRESSÕES E METAMORFOSES DOS IMAGINÁRIOS NACIONAIS....183

Os mitos de origem no salazarismo – o passado como se fora presente185
Moisés de Lemos Martins

Constantes da cultura portuguesa192
Miguel Real

Questões identitárias e de origem em Ílhavo: a visão da população197
Jenny campos, Maria Manuel Baptista e Larissa Latif

O mito da regeneração de Portugal: caixas económicas em Alexandre Herculano217
Ana Catarina Rocha e Renato Bogalho Jorge Pistola

*Antonio Manuel e Artur Barrio: um estudo sobre o autorretrato fotográfico e a arte con-
temporânea no Brasil*231
Virgínia Gil Araujo

Mitologia e propaganda soviéticas do “novo” homem.....241
Jūratė Svičiulienė

4. FECUNDAÇÃO LITERÁRIA DOS IMAGINÁRIOS NACIONAIS251

*Mitos e símbolos – povo, nação, paz – no pensamento dos utópicos
portugueses de meados de oitocentos*.....253
Maria Manuela Tavares Ribeiro

*As reformulações dos mitos da origem no início da modernidade
– Stanisław Wyspiański e Teixeira de Pascoaes*.....273
Monika Swida

<i>“Bíblia da Pátria” — Portugal e as sucessivas reedições de Os Lusíadas</i>	282
Marisa Duarte de Almeida e Maria Manuel Baptista	
<i>Apropriação de estratégias e modelos para a criação de mitos nacionais: de Portugal à Galiza – dos Lusíadas (1572) aos Calaicos (1894)</i>	293
Maria Isabel Morán Cabanas	
<i>Retratística nacional: “exposição” antológica do romantismo à atualidade</i>	305
Annabela Rita	
<i>O sebastianismo: uma leitura do outro no discurso identitário pós-moderno</i>	323
Lídia Maria Caiado Batista Valadares	
5. (DES)MITIFICAÇÕES E INTERFACES EUROPEIAS	333
<i>O que é “central” na Europa central?</i>	335
Zygmunt Bauman	
<i>A ideia de “um mundo melhor” e o fascismo pós-moderno</i>	348
Rui Alexandre Grácio	
<i>O equívoco da portugalidade</i>	353
Vítor de Sousa	
<i>As componentes mítica e histórica nas abordagens polacas à missão católica na Europa: património real dos Polacos contemporâneos?</i>	371
Beata Cieszyńska	
<i>A Inglaterra como um mito português</i>	379
Luiz Eduardo Oliveira	
<i>Domesticar o dragão. Jasão em Liubliana: da tradição clássica e os mitos europeus de fundação</i>	395
Ana María S. Tarrío	
<i>Guernica ou a identidade como um ato de espera</i>	405
João Canha Hespanhol	
<i>Algumas perspetivas sobre as relações entre Portugal e Espanha nos séculos XVIII e XIX</i>	415
Rui Sousa	
<i>O patriotismo de Marquês de Pombal e a refundação de uma nova identidade nacional</i>	429
Paula Carreira	

Identidade e representações – a cultura portuguesa em negativo.....436
João Maurício Brás

Teorizar o passado iraniano dos Búlgar(o)es (século XIX – XXI)445
Yordan Lyutskanov

732 | *A cultura nacional da Lituânia sob o efeito da cultura massificada*457
Virginija Jurénienė

6. FILOSOFIA E (RE)CONSTRUÇÃO IMAGINÁRIA DA EUROPA.....477

Europa: um continente do passado?.....479
Eduardo Lourenço

*Identidade, imaginário e mito – contributos para o estudo
do pensamento pós-colonial de Eduardo Lourenço*484
Maria Manuel Baptista

*Minha língua, sua pátria: breve reflexão sobre os impactos
do Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no mito da Lusofonia*493
Anne Ventura

*Do lusitano mito pátrio da missão predestinada,
ao contributo para uma europa de valores*505
Fernando Cristóvão

Mitologias originais do império: direitos humanos e colonização portuguesa517
Fernanda Santos e Susana Alves-Jesus

*Construção e decadência da nacionalidade portuguesa:
uma teoria de António Sardinha em O valor da raça*529
Cristiana Lucas Silva

*Em diálogo com Agostinho da Silva: pensar Portugal,
entre o espaço europeu e o espaço lusófono*541
Renato Epifânio

Macau no mito do Quinto Império de Fernando Pessoa554
Arnaldo M. A. Gonçalves

Leão Tolstói e a modernidade: “as forças que movem as nações” (resumo alargado)559
Ana Prokopyshyn

O mito de duas figuras paternas: uma identidade?.....581
Hatice Sitki

7. CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA E POLÍTICA597

Imaginário e revolução – o 25 de Abril e o novo discurso identitário599

Maria Manuela Cruzeiro

Joana d'Arc, uma antígona medieval e um mito (pós-)moderno?608

Dulce Martinho

A formação da nação e do estado no Brasil: um enigma histórico em aberto618

Alba Maria Pinho de Carvalho

Do nacionalismo à construção do estado: angola 1961-1991, uma síntese analítica629

Zeferino Capoco

A ideia de nação em África: etnia ou estado moderno?.....647

Muanamosi Matumona

A ideia de Portugal na música rock dos anos 80: um testemunho em carne viva655

Florentino Franco e Rosa Fina

Dos mitos à realidade – uma viagem de sonho ou o sonho de uma viagem658

Amadeu Prado de Lacerda

8. MITOLOGIA, TEATRO E RELIGIÃO POPULAR.....663

Encataria maranhense de dom sebastião.....665

Sergio F. Ferretti

Reis encantados do Tambor de Mina: Dom Manuel, Dom João Doeira e Dom Pedro Angassu – representação da nobreza lusitana em populações afro-brasileiras?682

Mundicarmo Ferretti

Máscaras baianas: corpos de encruzilhada e de pertencimento697

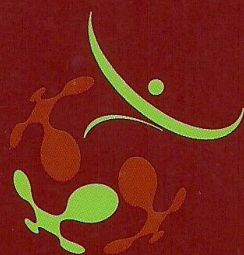
Isa Maria Faria Trigo e Larissa Latif

O outro no teatro popular profano português – representações de Mouros e Turcos nas “cavalhadas” e “mouriscadas”701

Jorge Palinhos

Cemitério Central de Aveiro: entre a vida e a morte710

Belmira Coutinho e Maria Manuel Baptista



ESTUDOS culturais

I Programa Doutoral | Universidades do Minho e de Aveiro

Terá sentido, no dealbar pleno do século XXI, investigar e pensar as nacionalidades num mundo globalizado, em geral, e no âmbito da Europa, em particular, que procura desesperadamente salvar o seu projeto-utopia de União? Que pertinência tem hoje compreender a historiogénese das identidades nacionais, assim como os motivos e modos da sua definição e consolidação ao longo dos séculos? No tempo que vivemos, da emergência dos blocos de países como estratégia de resistência e proteção contra a desregulação dos velhos estados-nações, que sentido tem refletir sobre a trajetória da formação e afirmação das nacionalidades?



GOVERNO DE
PORTUGAL



QUADRO
DE REFERÊNCIA
ESTRATÉGICO
NACIONAL
PORTUGAL 2007-2013

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



universidade de aveiro **cllc** centro de línguas literaturas e culturas



Universidade do Minho
CECS Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade



CLEPUL | Centro de Literaturas
de Expressão Portuguesa
das Universidades de Lisboa
Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa



www.ruigracio.com

978-989-8377-66-1



9 789898 377661